

INST.F.ED.,CIENC.E TEC.DO NORT DE MG/C.JANUÁR

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	158378-INST.F.ED.,CIENC.E TEC.DO NORT DE MG/C. JANUÁR	DANILO MEDEIRO DOS SANTOS	15/05/2026 12:13 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	4/2026	23393.003695/2025-77

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

158378

OBJETO

Registro de preços para aquisição de alimentos para animais, animais vivos, lonas, embalagens e medicamento antiparasitário

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 928.891,25

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **29/05/2026** às **8:30h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

EDITAL

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS JANUÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

(Processo Administrativo nº 23393.003695/2025-77)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Campus Januária, por meio do(a) Coordenação de Compras, Contratos e Convênios, sediado(a) Fazenda São Geraldo, s/n, Estrada de Januária km 06, bairro Bom Jardim - Januária - MG, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Registro de preços para aquisição de alimentos para animais, animais vivos, lonas, embalagens e medicamento antiparasitário**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. (Não se aplica)

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.11. (não se aplica)

3.10.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.13. (não se aplica)

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% da quantidade prevista para o item.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação para o item específico.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. (não se aplica)
- 6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.15. (Não se aplica)
- 6.16. (Não se aplica)

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,5% (meio por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. (Não se aplica)

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. (Não se aplica)

8.9. (Não se aplica)

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. contiver vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. (Não se aplica)

8.14. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. (Não se aplica)

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.24. (Não se aplica)

8.25. (Não se aplica)

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. (Não se aplica)

8.29. (Não se aplica)

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. (Não se aplica)

9.4.1. (Não se aplica)

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por publicação em diário oficial.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. (Não se aplica)

9.10.1. (Não se aplica)

9.10.2. (Não se aplica)

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, *não poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado, tendo em vista que essa possibilidade não foi prevista na etapa de planejamento da contratação.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.ifnmg.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?BvEi2U-9QiwTV2ZaSnNHhlyUCKW-x-OtcRd7yAtG0QzvVatcdDOS6dRPbOR98UIUU446xJTyKWkfnZ-Fs-CdoXW3t_kl7U6ELbLBrCISB_eGmhVsKCOcfSmmBa_12R.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (DEZ) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: E-MAIL: pregoeiro.januarina@ifnmg.edu.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://sei.ifnmg.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?BvEi2U-9QiwT2ZaSnNHhlyUCKW-x-OtcRd7yAtG0QzvVatcdDOS6dRPbOR98UIUU446xJTyKWkfndZ-Fs-CdoXW3t_kI7U6ELbLBrCISB_eGmhVsKCocqfSmmBa_12R

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1 - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.1 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.4. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMANOELITO FERNANDES VIEIRA JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 12:13:22.

INST.F.ED.,CIENC.E TEC.DO NORT DE MG/C.JANUÁR

Termo de Referência 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	158378-INST.F.ED.,CIENC.E TEC.DO NORT DE MG/C.JANUÁR	JONAS TORRES LIMA	14/05/2026 16:18 (v 0.14)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	4/2026	23393.003695/2025-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº23393.003695/2025-77)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Alimento para animais, animais vivos, lonas, embalagens e medicamento antiparasitário nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 3 meses contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

1.6. *Os quantitativos e descrição técnicas inseridas no presente Termo de Referência prevalece caso ocorra divergência com o conteúdo do ETP e ou sistema Compras.gov.br.*

2.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOIR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	Milho em grão a granel, com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%, isento de pragas. Ampla concorrência.	241543	Tonelada	184	1.690,00	310.960,00
	Milho em grão a granel, com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%,					

2	isento de pragas. Reserva de Cota: ME/EPPs, conforme a LC n° 123/06, em 25% da quantidade total.	241543	Tonelada	46	1.690,00	77.740,00
3	Farelo de soja em saco de rafia, com Umidade de 13% (máximo), proteína bruta 44% (mínimo), solubilidade em resposta a: KOH a 2%: 80% (mínimo), matéria fibrosa 7,0% (máximo), matéria mineral 7,0% (máximo). Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega. Ampla concorrência.	246740	sc 50 kg	900	126,50	113.850,00
4	Farelo de soja em saco de rafia, com Umidade de 13% (máximo), proteína bruta 44% (mínimo), solubilidade Em resposta a: KOH a 2%: 80% (mínimo), matéria fibrosa 7,0% (máximo), matéria mineral 7,0% (máximo). Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega. Reserva de Cota: ME/EPPs, conforme a LC n° 123/06, em 25% da quantidade total. Reserva de Cota: ME/EPPs, conforme a LC n° 123/06, em 25% da quantidade total.	246740	sc 50 kg	300	126,50	37.950,00
5	Farelo de algodão em saco de rafia. Umidade máxima de 13%, proteína bruta 38% (mínimo), fibra bruta 18%(máxima), matéria mineral 7,0% máxima. Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega.	233936	sc 50 kg	400	110,00	44.000,00
6	Farelo de trigo, em saco de rafia, com umidade de 14% (máximo), Proteína bruta 14% (mínimo), extrato etéreo 3,0% (mínimo), matéria fibrosa 12,0% (máximo), matéria mineral 7% (máximo). Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega.	293606	sc 30 kg	350	73,92	25.872,00
7	Ração para codorna, fase de postura, níveis de garantia: Umidade (máx.) 13%, Proteína bruta (mm.) 20%, Extrato etéreo (mm.) 2%, Matéria Mineral (Max.) 16%, Calcio 3,2-4,2%, Fosforo (min.) 0,50%, enriquecida com aminoácidos e vitaminas.	352068	kg	2200	2,92	6.424,00
8	Ração para ovino- caprinos, peletizada, pronto para uso, com indicação para cordeiro /cabrito em fase decrescimento, com os seguintes níveis de garantia: cálcio 1-2%, fosforo (min.) 0,5%, matéria mineral (máx.) 10,0%, fibra bruta (máx.) 10,0%, extrato etéreo (min.) 2,5%, umidade (máx.) 13,0%, proteína bruta (min.) 18,0%. Data de fabricação 15 dias (máx.) da entrega. saco 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (máximo) da entrega.	277974	saco de 40 kg	50	108,49	5.424,50
	Ração peletizada completa para coelhos em crescimento, fêmeas em gestação, latagão e reprodutores. Umidade (máx.) 13%, proteína bruta 14% (min.), extrato etéreo (min.) 1,5%,					

9	matéria fibrosa (Max.) 20%, matéria mineral (máx.) 16%, cálcio 1,5-2,0%, fosforo (min.) 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (máximo) da entrega.	293778	kg	1700	3,30	5.610,00
10	Concentrado para aves de corte, fase-inicial, com inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do produto: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 39%, extrato etéreo (min.) 0,5%, matéria fibrosa (máx.) 10%, matéria mineral (máx.) 17%, cálcio (máx.) 3,5%, fósforo (min.) 0,8%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.	265554	kg	1800	3,73	6.714,00
11	Concentrado para aves de corte, fase-final, com a inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do produto: Cálcio (Max.) 3,6%, Extrato Etéreo (Min.) 0,5%, Fósforo (Min.) 0,5%, Matéria Fibrosa (Máx.) 10%, Matéria Mineral (Max.) 16%, Proteína Bruta (Min.) 39,0%, Umidade (Max.) 13%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.	239350	kg	2700	3,09	8.343,00
12	Concentrado para aves de postura, com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações, indicado para aves em postura, com os seguintes níveis de garantia por kg: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 30%, extrato etéreo (mm.) 2%, matéria fibrosa (máx.) 13%, matéria mineral (máx.) 41%, Calcio (máx.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoácidos, vitaminas e minerais. Data de fabricação 15 dias máximo da entrega.	265557	kg	13500	6,40	86.400,00
13	Concentrado para aves de postura, com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações, indicado para aves em postura, com os seguintes níveis de garantia por kg: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 30%, extrato etéreo (min.) 2%, matéria fibrosa (máx.) 13%, matéria mineral (máx.) 41%, Calcio (máx.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoácidos, vitaminas e minerais. Data de fabricação 15 dias máximo da entrega. Reserva de Cota: ME /EPPs, conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total.	265557	kg	4500	6,40	28.800,00
	Concentrado suplementar para suínos Pré-Inicial, com a composição básica de milho integral moído, farelo de soja, leite em pó, soro de leite em pó, derivados lácteos, lactose,					

14	promotores de crescimento, aminoácidos, acidificantes, minerais, vitaminas e aditivos com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rótulo: Cálcio 2,5% (máximo), Extrato Etéreo 2,0% (mínimo), Fósforo 1,4% (mínimo), Material Fibrosa 3,0 % (máximo), Material Mineral 13,0 % (máximo), Proteína Bruta 20,0 %, (mínimo), Umidade 13,0% (máximo), Acido Pantotênico 80mg (mínimo), Antioxidante 500 mg (mínimo), Colina 2,5 g (mínimo) , Cobre 500 mg (mínimo), Ferro 500 mg (mínimo), Iodo 4,00 mg (mínimo), Lisina 15 mg (mínimo), Manganês 150 mg (mínimo), Metionina 6 g (mínimo), Potássio 3,0 g (mínimo), Selênio 1,5 mg (mínimo), Sódio 15 g (máximo). Enriquecido de Vitamina A 30.000 UI (mínimo), Vitamina B12 120 mcg (mínimo), Vitamina D3 10.000 UI (mínimo), Vitamina E 300,0 mg (mínimo), Vitamina K3 20,0 mg (mínimo), Enxofre 1,5 g (mínimo), Niacina 150,0 mg (mínimo) e promotores de crescimento e eficiência alimentar. Data de fabricação (máxima) 15 dias da entrega.	327818	kg	1500	12,22	18.330,00
15	Suplemento mineral e vitamínico para suínos (núcleo), com indicação para inclusão de 3 a 4% na ração de suínos na fase de crescimento e engorda, com níveis de garantia de umidade 13% (máx.), proteína bruta 0-15%, extrato etéreo 0-2% (mín.), matéria fibrosa 6% (máx.), matéria mineral 95% (máx.), cálcio 25% (máx.), fósforo 4% (mín.). Enriquecido de aminoácidos, vitaminas e minerais correspondente para essa fase no teor de inclusão do núcleo. Data de fabricação máxima 15 dias da entrega.	233945	kg	5600	5,40	30.240,00
16	Suplemento Vitamínico Mineral (núcleo) para vacas em lactação, com indicação de inclusão de 3% no balanceamento de rações com as especificações por kg: vitamina A 20.000 UI (mín.), vitamina E 500,0 UI (mín.), Cálcio 200 – 260 g, Fósforo 60,0 g (mín.), Enxofre 18,0 g (mín.), Magnésio 18,0 g (mín.).	328032	kg	3500	7,37	25.795,00
17	Suplemento mineral proteico para bovinos, pronto para uso com indicação para novilhas. Composto de ortofosfato bicálcico desfluorizado, cloreto de sódio, ureia, farelos proteínicos e energéticos. Níveis de garantia por Kg do produto: Cálcio 80 g (máx.), Fósforo 20g (mín.), Enxofre 8,0g (mín.), sódio 105,0g (máx.), Cobalto 28,00 mg (mín.), NNP equiv. em proteína 37 % (máx.), Proteína bruta 40% (mín.), Solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (mínimo) 95%. Data da fabricação 30 dias (máximo) da entrega.	373065	kg	2800	4,72	13.216,00
	Suplemento mineral vitamínico para bovinos leiteiros pronto uso com composição mínima					

18	por kg: Cálcio 180,0g (máx.), Fósforo 80,0g (mín.), Enxofre 12,0g (mín.) Magnésio 5,0g (mín.), Sódio 126,0g (máx.), Cobalto 70,0g (mín.). Data de fabricação máxima 30 dias da entrega.	472414	kg	3000	4,44	13.320,00
19	Suplemento mineral completo de macro e microelementos minerais e vitaminas para ovinos, tendo como fonte de fósforo o fosfato bicálcico com as seguintes especificações por kg do produto, expressas no rótulo: vitamina A 50.000,00 UI (mín.), vitamina E 320,00mg (mín.), cálcio 130,00g (máx.) , fósforo 60,0g (mín.), potássio 20,0g (mín.), enxofre 12,00g (mín.), cobalto 30,0mg (mín.), cobre 400,00mg (máx.), selênio 15,00mg (mín.), zinco 1.500 mg (mín.); solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2%(mín.) 95% data de fabricação 15 dias (máx.) da entrega.	458118	kg	400	5,07	2.028,00
20	Suplemento vitamínico-mineral pronto para uso para equinos, formulado com fosfato bicálcico e elementos minerais de alta biodisponibilidade, especialmente formulado para atender as necessidades minerais dos equinos em todas as fases da criação, com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rótulo: cálcio: 190,0 g (máx.), fósforo: 90,0 g (mín.), magnésio:16 g (mín.), enxofre: 10 g (mín.), sódio: 83,0 g (mín.), flúor (máx.): 900,00 mg, solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (mín.): 95%, vitamina A (UI): 110.000 (mín.), vitamina D (UI): 30.000 (mín.), vitamina E (UI): 500 (mín.). Data de fabricação, 15 dias (Máximo) da entrega	420915	kg	200	5,75	1.150,00
21	sal moído fino iodado, sem impurezas, indicado para alimentação animal e ou humana.	291893	kg	500	1,51	755,00
22	Fosfato bicálcio, com no mínimo 18 % de Fósforo e 27 % de Cálcio. Acondicionado em saco plástico impermeável. Com indicação para uso em rações para animais.	297314	kg	400	9,05	3.620,00
23	Calcário calcífico, com 32 a 38 % de Ca, e com no máximo 3% de Mg, indicado na composição de rações para animais.	233061	kg	500	0,94	470,00
24	Açúcar cristal, em saco de rafia.	603269	kg	1000	3,13	3.130,00
25	Óleo de soja degomado ou refinado, indicado para alimentação animal.	416665	embalagem 900 ml	1200	8,25	9.900,00
26	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, dupla face (preta e branca), com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m, lona para cobertura de silagem	455972	rolo	4	1.309,00	5.236,00

27	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, cor preta, multiuso, com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m.	274018	rolo	1	500,00	500,00
28	Cortunix cortunix japônica (codorna japonesa), idade entre 28 e 35 dias, femeas indicadas para postura.	453004	unidade	200	12,00	2.400,00
29	Pintos de 1 dia, produção de carne, raças tipo colonial (semi-caipira), imunizados contra Marek.	456578	cab	600	6,99	4.194,00
30	Pintos de 1 dia, produção de carne, imunizados contra Marek.	253834	cab	600	5,72	3.432,00
31	Pintainhas de 1 dia, indicado para postura intensiva, semipesada, ovos marrons, imunizados	451523	Cab	1000	10,91	10.910,00
32	Embalagem plástica transparente para ovos de codorna, 30 ovos.	447119	unidade	2000	1,40	2.800,00
33	Embalagem tipo bandeja de papelão ou polpa moldada com medidas aproximadas de 30x30cm sem tampa, capacidade 30 ovos de galinha.	234350	unidade	8000	2,10	16.800,00
34	Endectocida para inclusão em rações de animais, pó com no mínimo 0,6% de ivermectina.	407514	kg	25	103,11	2.577,75
TOTAL						928.891,25

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

I) **ID PCA no PNCP**: 10727655000110-0-000006/2026

II) **Data de publicação no PNCP**: 26/11/2025

III) **Id do item no PCA**: 123

IV) **Classe/Grupo**: 8710

V) **Identificador da Futura Contratação**: 158378-4/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto a ser contratado.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal .

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho em remessa única ou parcela conforme especificado no Termo de Referência.

5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

IFNMG-Campus Januária, Fazenda São Geraldo, Bairro Bom Jardim, Km 06, Januária-MG, CEP: 39480-000.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	CRONOGRAMA DE ENTREGA
1	Milho em grão a granel, com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%, isento de pragas. Ampla concorrência.	241543	Parcelado em 3 entregas de 45 toneladas e 01 entrega de 49 tonelada
2	Milho em grão a granel, com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%, isento de pragas. Reserva de Cota: ME/EPPs, conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total.	241543	parcelado em 2 entregas de 23 toneladas

3	Farelo de soja em saco de rafia , com Umidade de 13% (máximo), proteína bruta 44% (mínimo), solubilidade em resposta a: KOH a 2%: 80% (mínimo), matéria fibrosa 7,0% (máximo), matéria mineral 7,0% (máximo), Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega Ampla concorrência .	246740	parcelado em 2 entregas de 450 sacos de 50kg.
4	Farelo de soja em saco de rafia , com Umidade de 13% (máximo), proteína bruta 44%(mínimo), solubilidade Em resposta a: KOH a 2%: 80% (mínimo), matéria fibrosa 7,0% (máximo), matéria mineral 7,0% (máximo), Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega. Reserva de Cota: ME /EPPs , conforme a LC nº 123 /06, em 25% da quantidade total. Reserva de Cota: ME/EPPs , conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total.	246740	parcelado em 2 entregas de 150 sacos de 50kg.
5	Farelo de algodão em saco de rafia . Umidade máxima de 13%, proteína bruta 38% (mínimo), fibra bruta 18%(máxima), matéria mineral 7,0% máxima. Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega.	233936	Parcelado em 02 entregas de 200 sacos de 50kg.
6	Farelo de trigo, em saco de rafia , com umidade de 14% (máximo), Proteína bruta 14% (mínimo), extrato etéreo 3,0% (mínimo), matéria fibrosa 12,0% (máximo), matéria mineral 7% (máximo). Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega.	293606	Parcelado em 02 entregas de 175 sacos de 30kg.
7	Ração para codorna , fase de postura, níveis de garantia: Umidade (máx.) 13%, Proteína bruta (mm.) 20%, Extrato etéreo (mm.) 2%, Matéria Mineral (Max.) 16%, Calcio 3,2-4,2%, Fosforo (min.) 0,50%, enriquecida com aminoácidos e vitaminas.	352068	Parcelado em 02 entregas de 1100 kg
8	Ração para ovino- caprinos , peletizada, pronto para uso, com indicação para cordeiro /cabrito em fase decrescimento, com os seguintes níveis de garantia: cálcio 1-2%, fosforo (min.) 0,5%, matéria mineral (máx.) 10,0%, fibra bruta (máx.) 10,0%, extrato etéreo (min.) 2,5%, umidade (máx.) 13,0%, proteína bruta (min.) 18,0%. Data de fabricação 15 dias (máx.) da entrega. saco 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (máximo) da entrega.	277974	Parcelados em 02 entregas de 25 sacos de 40 kg.
9	Ração peletizada completa para coelhos em crescimento, fêmeas em gestação, latagão e reprodutores. Umidade (máx.) 13%, proteína bruta 14% (min.), extrato etéreo (min.) 1,5%, matéria fibrosa (Max.) 20%, matéria mineral (máx.) 16%, cálcio 1,5-2,0%, fosforo (min.) 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (máximo) da entrega.	293778	Parcelado em 02 entregas de 850 kg
10	Concentrado para aves de corte, fase-inicial , com inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do produto: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 39%, extrato etéreo (min.) 0,5%, matéria fibrosa (máx.) 10%, matéria mineral (máx.) 17%, cálcio (máx.) 3,5%, fósforo (min.) 0,8%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.	265554	Parcelado em 02 entregas de 1500 kg
	Concentrado para aves de corte, fase-final , com a inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do		

11	produto: Cálcio (Max.) 3,6%, Extrato Etéreo (Min.) 0,5%, Fósforo (Min.) 0,5%, Matéria Fibrosa (Máx.) 10%, Matéria Mineral (Max.) 16%, Proteína Bruta (Min.) 39,0%, Umidade (Max.) 13%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.	239350	Parcelado em 02 entregas de 2500
12	Concentrado para aves de postura , com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações, indicado para aves em postura, com os seguintes níveis de garantia por kg: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 30%, extrato etéreo (mm.) 2%, matéria fibrosa (máx.) 13%, matéria mineral (máx.) 41%, Calcio (máx.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoácidos, vitaminas e minerais. Data de fabricação 15 dias máximo da entrega.	265557	parcelado em 02 entregas de 6750kg
13	Concentrado para aves de postura , com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações, indicado para aves em postura, com os seguintes níveis de garantia por kg: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 30%, extrato etéreo (min.) 2%, matéria fibrosa (máx.) 13%, matéria mineral (máx.) 41%, Calcio (máx.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoácidos, vitaminas e minerais. Data de fabricação 15 dias máximo da entrega. Reserva de Cota: ME /EPPs, conforme a LC n° 123/06, em 25% da quantidade total.	265557	entrega única
14	Concentrado suplementar para suínos Pré-Inicial , com a composição básica de milho integral moído, farelo de soja, leite em pó, soro de leite em pó, derivados lácteos, lactose, promotores de crescimento, aminoácidos, acidificantes, minerais, vitaminas e aditivos com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rótulo: Cálcio 2,5% (máximo), Extrato Etéreo 2,0% (mínimo), Fósforo 1,4% (mínimo), Material Fibrosa 3,0 % (máximo), Material Mineral 13,0 % (máximo), Proteína Bruta 20,0 %.(mínimo), Umidade 13,0%(máximo), Acido Pantotênico 80mg(mínimo), Antioxidante 500 mg(mínimo), Colina 2,5 g (mínimo) , Cobre 500 mg (mínimo), Ferro 500 mg (mínimo), Iodo 4,00 mg (mínimo), Lisina 15 mg (mínimo), Manganês 150 mg (mínimo), Metionina 6 g (mínimo), Potássio 3,0 g (mínimo), Selênio 1,5 mg (mínimo), Sódio 15 g (máximo). Enriquecido de Vitamina A 30.000 UI (mínimo), Vitamina B12 120 mcg(mínimo), Vitamina D3 10.000 UI (mínimo), Vitamina E 300,0 mg (mínimo), Vitamina K3 20,0 mg (mínimo), Enxofre 1,5 g (mínimo), Niacina 150,0 mg (mínimo) e promotores de crescimento e eficiência alimentar. Data de fabricação (máxima) 15 dias da entrega.	327818	entrega única
15	Suplemento mineral e vitamínico para suínos (núcleo), com indicação para inclusão de 3 a 4% na ração de suínos na fase de crescimento e engorda, com níveis de garantia de umidade 13% (máx.), proteína bruta 0-15%, extrato etéreo 0-2% (mín.), matéria fibrosa 6% (máx.), matéria mineral 95% (máx.), cálcio 25% (máx.), fósforo 4% (mín.). Enriquecido de aminoácidos, vitaminas e minerais correspondente para essa fase no teor de inclusão do núcleo. Data de fabricação máxima 15 dias da entrega.	233945	entrega única
16	Suplemento Vitamínico Mineral (núcleo) para vacas em lactação, com indicação de inclusão de 3% no balanceamento de rações com as especificações por kg: vitamina A 20.000 UI (mín.), vitamina E 500,0 UI (mín.), Cálcio 200 – 260 g, Fósforo 60,0 g (mín.), Enxofre 18,0 g (mín.), Magnésio 18,0 g (mín.).	328032	entrega única

17	Suplemento mineral proteico para bovinos, pronto para uso com indicação para novilhas. Composto de ortofosfato bicálcico desfluorizado, cloreto de sódio, ureia, farelos proteinosos e energéticos. Níveis de garantia por Kg do produto: Cálcio 80 g (máx.), Fósforo 20g (mín.), Enxofre 8,0g (mín.), sódio 105,0g (máx.), Cobalto 28,00 mg (mín.), NNP equiv. em proteína 37 % (máx.), Proteína bruta 40% (mín.), Solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (mínimo) 95%. Data da fabricação 30 dias (máximo) da entrega.	373065	entrega única
18	Suplemento mineral vitamínico para bovinos leiteiros pronto uso com composição mínima por kg: Cálcio 180,0g (máx.), Fósforo 80,0g (mín.), Enxofre 12,0g (mín.) Magnésio 5,0g (mín.), Sódio 126,0g (máx.), Cobalto 70,0g (mín.). Data de fabricação máxima 30 dias da entrega.	472414	entrega única
19	Suplemento mineral completo de macro e microelementos minerais e vitaminas para ovinos, tendo como fonte de fósforo o fosfato bicálcico com as seguintes especificações por kg do produto, expressas no rótulo: vitamina A 50.000,00 UI (mín.), vitamina E 320,00mg (mín.), cálcio 130,00g (máx.), fósforo 60,0g (mín.), potássio 20,0g (mín.), enxofre 12,00g (mín.), cobalto 30,0mg (mín.), cobre 400,00mg (máx.), selênio 15,00mg (mín.), zinco 1.500 mg (mín.); solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2%(mín.) 95% data de fabricação 15 dias (máx.) da entrega.	458118	entrega única
20	Suplemento vitamínico-mineral pronto para uso para equinos, formulado com fosfato bicálcico e elementos minerais de alta biodisponibilidade, especialmente formulado para atender as necessidades minerais dos equinos em todas as fases da criação, com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rotulo: cálcio: 190,0 g (máx.), fósforo: 90,0 g (mín.), magnésio:16 g (mín.), enxofre: 10 g (mín.), sódio: 83,0 g (mín.), flúor (máx.): 900,00 mg, solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (mín.): 95%, vitamina A (UI): 110.000 (mín.), vitamina D (UI): 30.000 (mín.), vitamina E (UI): 500 (mín.). Data de fabricação, 15 dias (Máximo) da entrega	420915	entrega única
21	Sal moído fino iodado, sem impurezas, indicado para alimentação animal e ou humana.	291893	entrega única
22	Fosfato bicálcio , com no mínimo 18 % de Fósforo e 27 % de Cálcio. Acondicionado em saco plástico impermeável. Com indicação para uso em rações para animais .	297314	entrega única
23	Calcário calcífico, com 32 a 38 % de Ca, e com no máximo 3% de Mg, indicado na composição de rações para animais.	233061	entrega única
24	Açúcar cristal, em saco de rafia.	603269	entrega única
25	Óleo de soja degomado ou refinado, indicado para alimentação animal.	416665	entrega única
26	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, dupla face (preta e branca), com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m, lona para cobertura de silagem	455972	entrega única

27	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, cor preta, multiuso, com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m.	274018	entrega única
28	Cortunix cortunix japônica (codorna japonesa), idade entre 28 e 35 dias, fêmeas indicadas para postura.	453004	entrega única
29	Pintos de 1 dia, produção de carne, raças tipo colonial (semi-caipira), imunizados contra Marek.	456578	parcelado em 02 entregas de 300 cab
30	Pintos de 1 dia, produção de carne, imunizados contra Marek.	253834	parcelado em 02 entregas de 300 cab
31	Pintainhas de 1 dia, indicado para postura intensiva, semipesada, ovos marrons, imunizados	451523	entrega única
32	Embalagem plástica transparente para ovos de codorna , 30 ovos.	447119	entrega única
33	Embalagem tipo bandeja de papelão ou polpa moldada com medidas aproximadas de 30x30cm sem tampa, capacidade 30 ovos de galinha.	234350	entrega única
34	Endectocida para inclusão em rações de animais, pó com no mínimo 0,6% de ivermectina.	407514	entrega única

5.3. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.4. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, IFNMG-Campus Januária, Fazenda São Geraldo, Bairro Bom Jardim, Km 06, Januária-MG, CEP: 39480-000.*

5.5. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 5 meses, ou, dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.*

Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.6. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Fiscalização

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento de fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (DEZ) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1 % (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1 % (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1 % (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1 % (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1 % (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.13.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 8.24 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.24.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.24.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.24.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.24.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.25. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8.26. Instrumentos de medição de resultados Aquisição de bens/equipamentos em geral

Indicador de Atraso no fornecimento do equipamento (IAE)

Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos contratados
Meta a cumprir	IAE<=0(A meta definida visa garantir a entrega dos produtos dentro do prazo previsto.)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita com base nos prazos contratuais previstos, observada a forma de contagem previamente definida. Será subtraída a data de entrega efetiva dos produtos pela data de entrega contratada
Periodicidade	Para cada contratação ou parcela prevista
Instrumento de medição	Contratou ou equivalente, Termo de Recebimento Provisório (TRP)
Mecanismo de cálculo (%)	IAE = DEB - DPEB Onde: IAE - Indicador de Atraso de Entrega do equipamento; DEB - Data de entrega do bem– corresponde data efetiva da entrega dos produtos. A data de entrega do bem deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeite a entrega, considerar-se-á que o bem não foi entregue. O bem será considerando entregue apenas quando a Contratada entregar os produtos e haja aceitação por parte do fiscal técnico. DPEB - Data prevista para entrega do bem - corresponde à data contratada para a entrega do bem, conforme estipulado no Termo de Referência.
A partir da assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente	A partir da assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente
Sanções/faixa de ajuste	IAE = 1 e < 30: Aplicar-se-á glosa de 0,5% por dia útil de atraso sobre o valor contratado para a parcela em atraso; IAE >= 30: Aplicar-se-á glosa de 10% sobre o valor contratado referente à parcela em atraso acrescido de 0,5% por dia útil de atraso sobre o valor contratado para a parcela em atraso limitado em 25% sobre o valor contratado para a parcela em atraso Ultrapassado o limite de 25% do redimensionamento do pagamento, será obrigatória, também, a abertura de procedimento específico para apuração e aplicação de sanções, com registro nos sistemas públicos.
Observações	O redimensionamento do pagamento será desconsiderado apenas nos casos em que o fornecedor comprove, de forma inequívoca, que não é responsável pelo atraso, devendo considerar que: a) O atraso decorrente de não atendimento /entrega pelo fabricante ou distribuidor, ao contratado, em prazo hábil, somente será aceito se o fornecedor contratado pelo IFNMG comunicar esse fato com antecedência de pelo menos 50% do prazo de entrega contratado para a entrega do bem, juntando as devidas comprovações. (exemplo: prazo de entrega = 30 dias. Comunicação com antecedência de pelo menos 15 dias). b) O atraso decorrente de atraso do transportador somente será aceito se for disponibilizado, pelo fornecedor contratado, meios para rastreio da entrega do produto até um dia após a coleta pelo transportador. Os meios de rastreio deverão ser enviados por e-mail ao IFNMG. Quando a coleta pelo transportar ocorrer em data que inviabilize o cumprimento do prazo de entrega contratado, será considerado que o atraso é de responsabilidade do fornecedor contratado pelo IFNMG. c) O atraso decorrente de fatos extraordinários, tais como greve de transportadores, calamidade e similares, somente será aceito se houver comprovação de que, efetivamente, tenha afetado o cumprimento da obrigação. d) Solicitações de dilação de prazo de entrega somente serão aprovadas pelo IFNMG quando evidenciarem que não houve responsabilidade da parte do fornecedor contratado. Nos demais casos, a dilação não será concedida e será aplicado o indicador de atraso no fornecimento. e) Este indicador será sempre aplicado de forma independente e cumulativa com os demais indicadores, sendo o redimensionamento sempre calculado sobre o valor contratado para o objeto ou parcela avaliada.

Indicador de Ineficiência do Fornecimento (IIF)	
Finalidade	Medir a ineficiência do fornecimento
Meta a cumprir	IIF = 0% (A meta definida visa garantir o cumprimento de todas as obrigações relacionadas ao fornecimento com o máximo de eficiência possível, exceto cumprimento de prazos, visto que esses são objeto de outro indicador)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita por meio da lista de verificação prevista neste indicador
Periodicidade	A cada fornecimento realizado
Instrumento de medição	Contratou ou equivalente, Termo de Recebimento Provisório (TRP)
Mecanismo de cálculo (%)	IIF - Indicador de Ineficiência do Fornecimento. O IIF será apurado pelo somatório dos percentuais de ineficiência apurados com base na "Lista de imperfeições" desta tabela
Início da Vigência	A partir da assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente
Lista de imperfeições	<p>IEF.01 - Entregar produto que não atende aos requisitos previstos no termo de referência, tais como produtos usados (quando não admitidos), com qualquer tipo de defeito, com validade fora da exigida, sem a certificação eventualmente exigida, ou ainda produto diferente daquele aprovado pelo IFNMG na fase de seleção de fornecedor, levando o IFNMG a comprometer sua força de trabalho na avaliação do produto inconforme: Reduz automaticamente 10% na eficiência do fornecimento do bem contratado, sem prejuízo da aplicação do indicador de atraso no fornecimento do produto correto, caso ocorra o atraso por conta da rejeição do produto inconforme.</p> <p>IEF.02 - Solicitar substituição de marca ou modelo do produto ofertado, independentemente do motivo, levando o IFNMG a comprometer sua força de trabalho com a avaliação do novo produto em momento posterior à fase de seleção de fornecedor: Reduz automaticamente 10% na eficiência do fornecimento do bem contratado, sem prejuízo da aplicação dos demais indicadores, caso ocorram as respectivas imperfeições.</p> <p>IEF.03. Transgressão à Política de Relacionamento e Anticorrupção do IFNMG: Qualquer transgressão comprovada à Política de Relacionamento com Fornecedores, implica redução automática de 5% na eficiência do IFNMG do fornecimento, desde que devidamente comprovada e sem prejuízo dos processos de responsabilização eventualmente devidos. A Política de Relacionamento com Fornecedores do IFNMG está acessível em (copiar e colar na barra de endereços do navegador): https://documento.ifnmg.edu.br/action.php? kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=62104</p>
Sanções/faixas de ajuste	<p>IIF = 0%: Pagamento integral (sem redução calculada por esse indicador)</p> <p>IIF > 0% e 20%: Glosar 20% do valor contratado e abrir processo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções administrativas previstas</p>
Observações	O redimensionamento do pagamento será desconsiderado apenas nos casos em que o fornecedor comprove, de forma inequívoca, que não é responsável pela falha apontada pelo IFNMG. Este indicando será sempre aplicado de forma independente e cumulativa com os demais indicadores, sendo o redimensionamento sempre calculado sobre o valor contratado para o objeto ou parcela avaliada.

- Reajuste**
- 8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/05/2026.
- 8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo

Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será INTEGRAL, através de entrega UNICA ou PARCELADA conforme o Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é R\$ 928.891,25 (novecentos e vinte e oito mil e oitocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.*

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências

incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. **As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.**

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento..

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês .

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.8.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.8.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.9.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.9.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.9.3 Indenizações e multas.
- 5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Montes Claros, Seção Judiciária de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,(identificar o Contratado)declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. POLÍTICA DE RELACIONAMENTO

15.1. A contratação e o relacionamento entre IFNMG com proponentes e fornecedor contratado subordina-se às regras da Política de Relacionamento com Fornecedores, aprovada pela Resolução CONSUP no 360/2023, acessível no link abaixo:

Copie e cole na barra de endereço do navegador o link abaixo: https://documento.ifnmg.edu.br/action.php?path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=6214

16. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

16.1 "DA LEI ANTICORRUPÇÃO" - As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

16.2 A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013;

16.3 A CONTRATADA declara, com relação a este Contrato ou ao negócio dele resultante que, direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer outra vantagem e, durante a vigência do contrato e a qualquer tempo, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer outra vantagem a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente quaisquer das partes contratantes ou terceiros;

16.4 A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante à CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846 /2013, em especial no seu artigo 5º;

16.5 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar: I - Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.429, de 2 de março de 2023, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis; II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013; III ao CONTRATANTE o direito de, agindo de boa fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a CONTRATADA responsável por eventuais perdas e danos;

16.6 A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país. - A CONTRATADA obriga-se a notificar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção por meio da Ouvidoria do IFNMG, através dos canais disponíveis em <https://www.ifnmg.edu.br/ouv-ifnmg>.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JONAS TORRES LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 16:18:30.

HELIO OLIVEIRA NEVES

Médico Veterinário

INST.F.ED.,CIENC.E TEC.DO NORT DE MG/C.JANUÁR

Estudo Técnico Preliminar 12/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23393.003695/2025-77

2. Descrição da necessidade

Verificamos que o Setor DPAEP IFNMG Campus Januária precisa de solução para atender a demanda por alimentos para animais, e entendemos que essa necessidade institucional pode ser atendida por uma das seguintes soluções, caso disponível ou viável: Tendo em vista o baixo estoque de alimentos para animais, propomos a aquisição de materiais do tipo material de consumo para atender à necessidade do Setor DPAEP IFNMG Campus Januária para o período de maio 2026 a maio de 2027. As situações concretas que demonstram a necessidade da compra (ou contratação) são os seguintes:

1. existência de animais no presente campus: rebanho de bovino, rebanho de caprino, rebanho de ovinos, rebanho de suínos, lote de galinhas de postura, lote de frangos de corte, lote codorna de postura, lote de coelhos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de produção	Jonas Torres Lima

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE (IPPC - P. 24, ITEM 4.3)

4.1.1. No caso de **fornecimento de bens/materiais**, a contratada deverá cumprir os requisitos de qualidade que constarão como especificação do objeto e /ou obrigações do fornecedor no termo de referência.

4.1.2 A contratada deverá cumprir os indicadores de desempenho previstos em que Instrumento de Medição de Resultados constará como anexo do termo de referência

4.2 CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (IPPC - P. 22, ITEM 4.3)

4.2.1. Não há solução padronizada disponível no Catálogo Eletrônico de Padronização do PNCP que seja compatível com a necessidade de contratação tratada neste estudo técnico preliminar, conforme verificado nesta oportunidade através do portal <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>.

4.3 VIGÊNCIA INICIAL E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS (IPPC - P. 23, ITEM 4.3)

4.3.1. Trata-se de contratação de *material* que não comporta a formalização de contrato continuado, configurando, portanto, **contrato de escopo predefinido**, sendo que a entrega/execução será *parcelada, conforme cronograma*. Assim, a vigência do contrato ou instrumento equivalente será de 04 meses, sendo prorrogável apenas nos casos que o objeto não puder ser executado dentro do prazo originalmente estabelecido, com fundamento nos artigos 105 e 111 da Lei 14.133/2021.

4.4. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE (IPPC - P. 22, ITEM 4.3)

4.4.1. Não há práticas de sustentabilidade ambiental ou de acessibilidade viáveis e relevantes para esta contratação, tendo sido analisado o objeto, condições de sua execução e consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, na versão mais recente.

4.5. TRANSIÇÃO CONTRATUAL (IPPC - P. 23, ITEM 4.3)

4.5.1. Não haverá necessidade de procedimentos específicos para a transição contratual ou transferência de conhecimento, tecnologia ou técnica aplicadas ao final da vigência contratual.

REQUISITOS ESPECÍFICOS - AQUISIÇÃO DE BENS / MATERIAIS

1. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA OU PROVA DE CONCEITO (IPPC - P. 23, ITEM 4.3)

1.1. Não haverá exigência de amostra ou prova de conceito, por não haver necessidade para a segurança da contratação.

2. INDICAÇÃO DE MARCA ESPECÍFICA (IPPC - P. 23, ITEM 4.4)

2.1. Não haverá qualquer direcionamento ou indicação de marca específica nas exigências / especificações dos itens que compõem a contratação.

3. VEDAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO ESPECÍFICO (IPPC - P. 23, ITEM 4.4)

3.1. Não haverá vedação prévia de marca ou produto específico para o fornecimento pretendido.

4. UTILIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES PADRONIZADAS DO CATMAT (IPPC - P. 23, ITEM 4.4)

4.1. Para atendimento ao princípio da padronização, exigido na Lei 14.133/2021, serão adotadas especificações padronizadas disponíveis no Catálogo Nacional de Bens e Serviços, que atendam à necessidade institucional, complementadas apenas naquilo que for necessário ao adequado atendimento da necessidade institucional.

5. TIPO DO BEM DE CONSUMO (IPPC - P. 23, ITEM 4.4)

5.1. O objeto inclui bens de consumo, sendo todos esses de qualidade comum, nos termos do Decreto 10.818/2021.

6. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

Não se aplica.

6.1 Para esta contratação, será suficiente a garantia mínima legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

7. FRETE E ENTREGA DOS BENS/MATERIAIS (IPPC - P. 24, ITEM 4.4)

7.1. Todos os custos relacionados a embalagem, transporte, carregamento e descarregamento serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

7.2. O local, prazo e condições da entrega constarão no termo de referência.

5. Levantamento de Mercado

ESTUDO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

A aquisição de concentrados, suplementos minerais, cereais e rações prontas, é a solução disponível.

1. SOLUÇÕES IDENTIFICADAS

1.1. Para atendimento da necessidade institucional, foram verificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

TIPO DA SOLUÇÃO (*)	ID	DESCRIÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS	O TIPO DE SOLUÇÃO JÁ FOI ADOTADO ANTES NO IFNMG?	POTENCIAIS FORNECEDORES
Aquisição	1	Aquisição de alimentos para	Alimentos para manutenção dos rebanhos existente no campus a fim de disponibilizar	Preço elevado; Qualidade do material	sim	EMPREENHIMENTO COMERCIAL SAARA LTDA RADIAL RACOES LTDA -

		animais e animais vivos	setores operacionais para atender as demandas do ensino, pesquisa e extensão.	adquirido; Poucos fornecedores locais.		EDWINEY SEBASTIAO CUPERTINO LTDA MERCADAO DO PRODUTOR DE JANUARIA LTDA.
--	--	-------------------------	---	--	--	--

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição de alimentos para animais e animais vivos

1. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1.1. Com base na avaliação das soluções listados no tópico anterior, recomendamos a escolha da seguinte solução:

TIPO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA	ID	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
Aquisição	1	Aquisição de alimentos para animais e animais vivos
<p>Quais partes acessórias estarão inclusas no objeto da contratação, com custos sob responsabilidade da contratada?</p> <p>() Manutenção e assistência técnica, conforme será detalhado no termo de referência</p> <p>() Treinamento aos usuários da solução, conforme será detalhado no termo de referência</p> <p>() Transferência de conhecimento, tecnologia ou direitos autorais do objeto contratado</p>		

Justificativa técnica para a escolha: Como se trata de bens/materiais de consumo, a responsabilidade da contratada é da entrega dos itens em conformidade com as especificações detalhadas no termo de referência.

Justificativa econômica, considerando todo o ciclo de vida da solução contratada: Os custos de aquisição, incluindo fretes, estão dentro dos valores previstos para a contratação em tela.

Consideração sobre os custos pós aquisição:

2. QUANTO À NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MAIS DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO SIMULTÂNEA (IPPC, PÁGINA 25)

Não se aplica.

3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (IPPC - P. 25, ITEM 4.4)

Não se Aplica.

4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (IPPC - P. 25, ITEM 4.4)

Não se aplica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. MÉTODO DE QUANTIFICAÇÃO

1.1. Para a quantificação dos itens a serem contratados foi adotado o seguinte método: O levantamento das necessidades e das quantidades informadas para a contratação foram realizados considerando a expectativa de consumo para o período de Março de 2026 a março de 2027. Considerando também o histórico de consumo de 15 anos, considerando o estoque atual e demandas adicionais no planejamento interno de atividades.

Segue abaixo tabela com previsão das demandas, estoque atual e quantidade a ser contratada:

ESTIMATIVA DE GASTO DE INSUMOS (ÁREA ZOOTECNICA) X ESTOQUE ATUAL X PEDIDO DE COMPRA Maio de 2026 a Maio de 2027										
ITEM	Referência	Unid	AVICUL-TURA	SUINO-CULTURA	CAPRINO-CULTURA	BOVINO-CULTURA	TOTAL NECESSÁRIO PARA O ANO DE 2026	ESTOQUE ATUAL	SALDO	PEDIDO ORIGINAL
1 e 2 somados	Milho a granel	ton	54,90	117,10	4,05	67,51	243,56	18,00	225,56	230,00
3 e 4 somados	Farelo de soja	ton	0,57	34,81	1,77	32,86	70,01	15,80	54,21	60,00
5	Farelo de algodao 38%	ton			0,46	7,00	7,46	0,00	7,46	8,00
6	Farelo de Trigo	ton	3,38	3,45	0,36	1,97	9,16	0,40	8,76	10,00
7	Ração codorna	kg	2190,00				2190,00	60,00	2130,00	2200,00
8	Ração caprinos	kg			2700,70		2700,70	730,00	1970,70	2000,00
9	Ração coelhos	kg	1680,00				1680,00	60,00	1620,00	1700,00
10	Concentrado frango Inicial	kg	3223,50				3223,50	1320,00	1903,50	1800,00
11	Conc. frango engorda	kg	5181,30				5181,30	2300,00	2881,30	2700,00
13	Concentrado postura	Kg	19215,00				19215,00	1300,00	17915,00	18000,00
14	conc pre inicial	kg		1746,14			1746,14	0,00	1746,14	1500,00
15	Nucleo suinos crescimento	kg		5844,88			5844,88	230,00	5614,88	5600,00
16	Nucleo vacas em lactação	Kg				3585,03	3585,03	350,00	3235,03	3500,00
17	Sal proteinado bovi pronto	kg				3150,00	3150,00	1200,00	1950,00	2000,00

18	Sal mineral bovinos pronto	Kg				2847,00	2847,00	75,00	2772,00	3000,00
19	sal mineral ovinos	kg			321,20		321,20	0,00	321,20	400,00
20	sal mineral equinos	kg				200,00	200,00	0,00	200,00	200,00
21	sal comum	kg	28,35				28,35	0,00	28,35	500,00
22	Fosfato bicalcio	kg	380,00				380,00	25,00	355,00	400,00
23	calcário calcítico	kg	400,00	100,00			100,00	150,00	-50,00	500,00
24	Açucar	kg		1300,00			1300,00	360,00	940,00	1000,00
25	oleo degomado	l	746,85	556,68	85,27		1388,79	124,00	1264,79	1200,00
26	Lonas silagem	rolo			1,00	4,00	5,00	1,00	4,00	4,00
27	Sal mineral caprinos	kg			175,20		175,20	0,00	175,20	175,00
28	Lona preta	rolo				2,00	2,00	1,00	1,00	1,00
29	Codornas	Cab	200,00				200,00	0,00	200,00	200,00
30	Pintos semi-caipira	Cab	600,00				600,00	0,00	600,00	600,00
31	Pintos de Corte	Cab	600,00				600,00	0,00	600,00	600,00
32	PINTAINHAS	Cab	1000,00				1000,00	0,00	1000,00	1000,00
33	Embalagem Ovos de codorna	Pç	2000,00				2000,00	0,00	2000,00	2000,00
34	Embalagem tipo bandeja de papelão ou polpa moldada com medidas aproximadas de									

	30x30cm sem tampa, capacidade 30 ovos de galinha.								
35	IVERMECTINA PÓ	kg		25,00			25,00	0,00	25,00

2. QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Milho em grão a granel, com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%, isento de pragas. Ampla concorrência.	241543	Tonelada	172
2	Milho em grão a granel, com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%, isento de pragas. Ampla concorrência.	241543	Tonelada	58
3	Farelo de soja em saco de rafia, com Umidade de 13% (maximo), proteina bruta 44% (mínimo), solubilidade Em resposta a: KOH a 2%: 80% (minimo), matéria fibrosa. Ampla concorrência.	246740	Tonelada	45
4	Farelo de soja em saco de rafia, com Umidade de 13% (maximo), proteina bruta 44% (mmimo), solubilidade Em resposta a: KOH a 2%: 80% (mmimo), materia fibrosa 7,0% (maximo), materia mineral 7,0% (maximo), Data de fabricagao 15 dias (maximo) de entrega. Reserva de Cota: ME /EPPs, conforme a LC nº 123/06,em 25% da quantidade total.Reserva de Cota: ME/EPPs, conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total.	246740	Tonelada	15
5	Farelo de algodão em saco de rafia. Umidade maxima de 13%, proteina bruta 38% (mmimo), fibra bruta 18%(maxima), materia mineral 7,0% maxima. Data de fabricagao 15 dias (maximo) de entrega.	233936	tonelada	8
6	Farelo de trigo, em saco de rafia, com umidade de 14% (maximo), Proteina bruta 14% (mmimo), extrato etereo 3,0% (mmimo),	293606	sc 40 kg	250

	materia fibrosa 12,0% (maximo), materia mineral 7% (maximo). Data de fabricação 15 dias (maximo) de entrega.			
7	Ração para codorna, fase de postura, niveis de garantia: Umidade (max.) 13%, Proteína bruta (mm.) 20%, Extrato etereo (mm.) 2%, Materia Mineral (Max.) 16%, Calcio 3,2-4,2%, Fosforo (min.) 0,50%, enriquecida com aminoacidos e vitaminas.	352068	kg	2200
8	Ração para ovino- caprinos, peletizada, pronto para uso, com indicação para cordeiro /cabrito em fase decrescimento, com os seguintes nrveis de garantia: calcio 1-2%, fosforo (min.) 0,5%, materia mineral (max.) 10,0%, fibra bruta (max.) 10,0%, extrato etereo (min.) 2,5%, umidade (max.) 13,0%, proteina bruta (min.) 18,0%. Data de fabricação 15 dias (max.) da entrega. saco 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (maximo) da entrega.	277974	kg	2000
9	Ração peletizada completa para coelhos em crescimento, femeas em gestação, lactagao e reprodutores. Umidade (max.) 13%, proteina bruta 14% (min.), extrato etereo (min.) 1,5%, materia fibrosa (Max.) 20%, materia mineral (max.) 16%, calcio 1,5-2,0%, fosforo (min.) 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (maximo) da entrega.	293778	kg	1700
10	Concentrado para aves de corte, fase-inicial, com inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do produto: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 39%, extrato etéreo (min.) 0,5%, matéria fibrosa (máx.) 10%, matéria mineral (máx.) 17%, cálcio (max.) 3,5%, fósforo (min.) 0,8%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.	265554	kg	3000
11	Concentrado para aves de corte, fase-final, com a inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do produto: Cálcio (Max.) 3,6%, Extrato Etério (Min.) 0,5%, Fósforo (Min.) 0,5%, Matéria Fibrosa (Máx.) 10%,	239350	kg	5000

	Matéria Mineral (Max.) 16%, Proteína Bruta (Min.) 39,0%, Umidade (Max.) 13%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.			
12	Concentrado para aves de postura, com inclusão de 30% a 40% na fabricagao de ragoes, indicado para aves em postura, com os seguintes rneis de garantia por kg: umidade (max.) 13%, proteina bruta (min.) 30%, extrato etereo (mm.) 2%, materia fibrosa (max.) 13%, matéria mineral (max.) 41%, Calcio (max.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoacidos, vitaminas e minerais. Data de fabricagao 15 dias maximo da entrega.	265557	kg	13500
13	Concentrado para aves de postura, com inclusão de 30% a 40% na fabricagao de ragoes, indicado para aves em postura, com os seguintes rneis de garantia por kg: umidade (max.) 13%, proteina bruta (min.) 30%, extrato etereo (min.) 2%, materia fibrosa (max.) 13%, materia mineral (max.) 41%, Calcio (max.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoacidos, vitaminas e minerais. Data de fabricagao 15 dias maximo da entrega. Reserva de Cota: ME /EPPs, conforme a LC nº 123/06,em 25% da quantidade total.	265557	kg	4500
14	Concentrado suplementar para suínos Pré-Inicial, com a composição básica de milho integral moído, farelo de soja, leite em pó, soro de leite em pó, derivados lácteos, lactose, promotores de crescimento, aminoácidos, acidificantes, minerais, vitaminas e aditivos com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rótulo: Cálcio 2,5% (máximo), Extrato Etéreo 2,0% (mínimo), Fósforo 1,4% (mínimo), Material Fibrosa 3,0 % (máximo), Material Mineral 13,0 % (máximo), Proteína Bruta 20,0 %, (mínimo), Umidade 13,0%(máximo), Acido Pantotênico 80mg(mínimo), Antioxidante 500 mg(mínimo), Colina 2,5 g (mínimo) , Cobre 500 mg (mínimo), Ferro 500 mg (mínimo), Iodo 4,00	327818	kg	1500

	mg (mínimo), Lisina 15 mg (mínimo), Manganês 150 mg (mínimo), Metionina 6 g (mínimo), Potássio 3,0 g (mínimo), Selênio 1,5 mg (mínimo), Sódio 15 g (máximo). Enriquecido de Vitamina A 30.000 UI (mínimo), Vitamina B12 120 mcg(mínimo), Vitamina D3 10.000 UI (mínimo), Vitamina E 300,0 mg (mínimo), Vitamina K3 20,0 mg (mínimo), Enxofre 1,5 g (mínimo), Niacina 150,0 mg (mínimo) e promotores de crescimento e eficiência alimentar. Data de fabricação (máxima) 15 dias da entrega.			
15	Suplemento mineral e vitamínico para suínos (núcleo), com indicação para inclusão de 3 a 4% na ração de suínos na fase de crescimento e engorda, com níveis de garantia de umidade 13% (máx.), proteína bruta 0-15%, extrato etéreo 0-2% (mín.), matéria fibrosa 6% (máx.), matéria mineral 95% (máx.), cálcio 25% (máx.), fósforo 4% (mín.). Enriquecido de aminoácidos, vitaminas e minerais correspondente para essa fase no teor de inclusão do núcleo. Data de fabricação máxima 15 dias da entrega.	233945	kg	5600
16	Suplemento Vitamínico Mineral (núcleo) para vacas em lactação, com indicação de inclusão de 3% no balanceamento de rações com as especificações por kg: vitamina A 20.000 UI (mín.), vitamina E 500,0 UI (mín.), Cálcio 200 – 260 g, Fósforo 60,0 g (mín.), Enxofre 18,0 g (mín.), Magnésio 18,0 g (mín.).	328032	kg	3500
17	Suplemento mineral protéico para bovinos, pronto para uso com indicação para novilhas. Composto de ortofosfato bicalcico desfluorizado, cloreto de sódio, uréia, farelos proteínicos e energéticos. Níveis de garantia por Kg do produto: Cálcio 80 g (máx.), Fósforo 20g (mín.), Enxofre 8,0g (mín.), sódio 105,0g (máx.), Cobalto 28,00 mg (mín.), NNP equiv. em proteína 37 % (máx.), Proteína bruta 40% (mín.), Solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (mínimo) 95%. Data da fabricação 30 dias (máximo) da entrega.	373065	kg	2800
18	Suplemento mineral vitamínico para bovinos leiteiros pronto uso com composição mínima por kg: Cálcio 180,0g (máx.), Fósforo 80,0g (mín.), Enxofre 12,0g (mín.) Magnésio 5,0g (mín.), Sódio 126,0g (máx.), Cobalto 70,0g	472414	kg	3000

	(mín.). Data de fabricação máxima 30 dias da entrega.			
19	Suplemento mineral completo de macro e micro-elementos minerais e vitaminas para ovinos, tendo como fonte de fósforo o fosfato bicálcio com as seguintes especificações por kg do produto, expressas no rótulo: vitamina A 50.000,00 UI (mín), vitamina E 320,00mg (mín.), cálcio 130,00g (máx.) , fósforo 60,0g (mín), potássio 20,0g (mín), enxofre 12,00g (mín), cobalto 30,0mg (mín), cobre 400,00mg (máx), selênio 15,00mg (mín), zinco 1.500 mg (mín); solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2%(mín.) 95% data de fabricação 15 dias (máx) da entrega.	458118	kg	400
20	Suplemento vitamínico-mineral pronto para uso para equinos, formulado com fosfato bicálcico e elementos minerais de alta biodisponibilidade, especialmente formulado para atender as necessidades minerais dos equinos em todas as fases da criação, com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rotulo: cálcio: 190,0 g (máx), fósforo: 90,0 g (mín), magnésio:16 g (mín), enxofre: 10 g (mín), sódio: 83,0 g (mín), flúor (max.): 900,00 mg, solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (mín.): 95%, vitamina A (UI): 110.000 (mín), vitamina D (UI): 30.000 (mín), vitamina E (UI): 500 (mín). Data de fabricação, 15 dias (Maximo) da entrega	420915	kg	200
21	sal moído fino iodado, sem impurezas, indicado para alimentação animal e ou humana.	291893	kg	500
22	Fosfato bicálcio, com no mínimo 18 % de Fósforo e 27 % de Cálcio. Acondicionado em saco plástico impermeável. Com indicação para uso em rações para animais.	297314	kg	400
23	Calcário calcífico, com 32 a 38 % de Ca, e com no máximo 3% de Mg, indicado na composição de rações para animais.	233061	kg	500
24	Açúcar cristal, em saco de rafia.	603269	kg	1000
25	Óleo de soja degomado ou refinado, indicado para alimentação animal.	416665	embalagem 900 ml	1200

26	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, dupla face (preta e branca), com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m, lona para cobertura de silagem	455972	rolo	4
27	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, cor preta, multiuso, com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m.	274018	rolo	1
28	Cortunix cortunix japonica (codorna japonesa), idade entre 28 e 35 dias, fêmeas indicadas para postura.	453004	unidade	200
29	Pintos de 1 dia, produção de carne, ragas tipo colonial (semi-caipira), imunizados contra Marek.	456578	cab	600
30	Pintos de 1 dia, produção de carne, imunizados contra Marek.	253834	cab	600
31	Pintainhas de 1 dia, indicado para postura intensiva, semi-pesada, ovos marrons, imunizados	451523	Cab	1000
32	Uréia pecuária, para uso na alimentação de ruminantes, teor de nitrogênio entre 44 a 46%, embalados em sacos impermeáveis	605547	0	300
33	Embalagem plástica transparente para ovos de codorna, 30 ovos.	447119	unidade	2000
34	Embalagem tipo bandeja de papelão ou polpa moldada com medidas aproximadas de 30x30cm sem tampa, capacidade 30 ovos de galinha.	234350	unidade	8000
35	Endectocida para inclusão em rações de animais, pó com no mínimo 0,6% de ivermectina.	407514	kg	25

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (NO CASO DE AQUISIÇÃO DE BENS / MATERIAIS)

DECLARO(AMOS), para os devidos fins, que o levantamento de necessidades e das quantidades informadas para a contratação foram realizados considerando a expectativa de consumo anual, adotando adequadas técnicas de quantificação, considerando, inclusive, os registros internos de demandas e histórico de consumo, bem como fatos já concretizados ou potenciais que possam interferir na quantificação da demanda. Assim, ATESTO(AMOS) o cumprimento da exigência constante no *caput* e inciso III do art. 40 da Lei 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 928.866,12

1. MÉTODOS ADOTADOS NA ESTIMATIVA DOS PREÇOS

1.1. Para estimativa dos preços da contratação foram ou serão adotados os seguintes métodos:

Parâmetros prioritários previstos no art. 5º da IN 65/2021:

(**x**) **Inciso I** - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana ou a média do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() **Inciso II** - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Parâmetros secundários / complementares previstos no art. 5º da IN 65/2021:

(**x**) **Inciso III** - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

() **Inciso IV** - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

() **Inciso V** - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parâmetros específicos para contratação direta com inviabilidade de aplicação do art 5º:

() **Art. 7º** - Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º. **§ 1º** Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo. **§ 2º** Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

1.2. **O mapa de preços comparativo e a respectiva Nota Técnica constarão no documento SEI, Processo nº 23393.003695/2025-77, onde também constarão os preços unitários estimados, quantidades e método matemático adotado na estimativa de preços de cada item.**

2. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. O valor total estimado da contratação é de: R\$ **928.866,12**

2.1.1 Total anual: R\$ **928.866,12** (novecentos e vinte e oito mil e oitocentos e sessenta e seis reais e doze centavos).

2.1.2. Total para a completa vigência inicial do contrato: não se aplica, haja vista que não vai ter contrato.

3. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO

3.1. Não será elaborada planilha de detalhamento dos custos unitários tendo em vista que, trata de aquisição de material de consumo. E o custo será levantado com uma pesquisa de mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. PARCELAS PRINCIPAIS DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

Os itens serão divididos, ou seja, não serão em lotes, e as entregas serão parceladas, isso devido a capacidade de armazenamento desses produtos no campus Januária, e pelo prazo de validade de alguns gêneros alimentícios.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	CRONOGRAMA DE ENTREGA
1	Milho em grão a granel , com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%, isento de pragas. Ampla concorrência.	241543	Parcelado em 3 entregas de 45 toneladas e 01 entrega de 37 toneladas
2	Milho em grão a granel , com mínimo de 8 % de proteína bruta, umidade máxima de 12%, isento de pragas. Reserva de Cota: ME/EPPs, conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total.	241543	parcelado em 2 entregas de 29 toneladas
3	Farelo de soja em saco de rafia , com Umidade de 13% (máximo), proteína bruta 44% (mínimo), solubilidade em resposta a: KOH a 2%: 80% (mínimo), matéria fibrosa. Ampla concorrência.	246740	parcelado em 2 entregas de 450 sacos de 50kg.
4	Farelo de soja em saco de rafia , com Umidade de 13% (máximo), proteína bruta 44% (mínimo), solubilidade Em resposta a: KOH a 2%: 80% (mínimo), matéria fibrosa 7,0% (máximo), matéria mineral 7,0% (máximo), Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega. Reserva de Cota: ME /EPPs, conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total. Reserva de Cota: ME/EPPs, conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total.	246740	parcelado em 2 entregas de 150 sacos de 50kg.
5	Farelo de algodão em saco de rafia. Umidade máxima de 13%, proteína bruta 38% (mínimo), fibra bruta 18%(máxima), matéria mineral 7,0% máxima. Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega.	233936	Parcelado em 02 entregas de 200 sacos de 50kg.
6	Farelo de trigo, em saco de rafia , com umidade de 14% (máximo), Proteína bruta 14% (mínimo), extrato etéreo 3,0% (mínimo), matéria fibrosa 12,0% (máximo), matéria mineral 7% (máximo). Data de fabricação 15 dias (máximo) de entrega.	293606	Parcelado em 02 entregas de 175 sacos de 30kg.
7	Ração para codorna , fase de postura, níveis de garantia: Umidade (máx.) 13%, Proteína bruta (mm.) 20%, Extrato etéreo (mm.) 2%, Matéria Mineral (Max.) 16%, Calcio 3,2-4,2%, Fosforo (min.) 0,50%, enriquecida com aminoácidos e vitaminas.	352068	Parcelado em 02 entregas de 1100 kg
8	Ração para ovino- caprinos , peletizada, pronto para uso, com indicação para cordeiro /cabrito em fase decrescimento, com os seguintes níveis de garantia: cálcio 1-2%, fosforo (min.) 0,5%, matéria mineral (máx.) 10,0%, fibra bruta (máx.) 10,0%, extrato etéreo (min.) 2,5%, umidade (máx.) 13,0%, proteína bruta (min.) 18,0%. Data de fabricação 15 dias (máx.) da entrega. saco 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (máximo) da entrega.	277974	Parcelados em 02 entregas de 25 sacos de 40 kg.

9	Ração peletizada completa para coelhos em crescimento, fêmeas em gestação, latagão e reprodutores. Umidade (máx.) 13%, proteína bruta 14% (min.), extrato etéreo (min.) 1,5%, matéria fibrosa (Max.) 20%, matéria mineral (máx.) 16%, cálcio 1,5-2,0%, fosforo (min.) 0,4%. Data de fabricação com 15 dias (máximo) da entrega.	293778	Parcelado em 02 entregas de 850 kg
10	Concentrado para aves de corte, fase-inicial , com inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do produto: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 39%, extrato etéreo (min.) 0,5%, matéria fibrosa (máx.) 10%, matéria mineral (máx.) 17%, cálcio (máx.) 3,5%, fósforo (min.) 0,8%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.	265554	Parcelado em 02 entregas de 1500 kg
11	Concentrado para aves de corte, fase-final , com a inclusão de 35% na fabricação de rações com as seguintes especificações, expressas no rótulo do produto: Cálcio (Max.) 3,6%, Extrato Etéreo (Min.) 0,5%, Fósforo (Min.) 0,5%, Matéria Fibrosa (Máx.) 10%, Matéria Mineral (Max.) 16%, Proteína Bruta (Min.) 39,0%, Umidade (Max.) 13%. Enriquecido por vitaminas A, vit. D3, vit. E, vit. K, vit. B1, vit. B12, antioxidante, agente anticoccidiano, promotores de crescimento, metionina, lisina, macro e microminerais. Prazo de entrega máximo 15 dias da data de fabricação.	239350	Parcelado em 02 entregas de 2500
12	Concentrado para aves de postura , com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações, indicado para aves em postura, com os seguintes níveis de garantia por kg: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 30%, extrato etéreo (mm.) 2%, matéria fibrosa (máx.) 13%, matéria mineral (máx.) 41%, Calcio (máx.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoácidos, vitaminas e minerais. Data de fabricação 15 dias máximo da entrega.	265557	parcelado em 02 entregas de 6750kg
13	Concentrado para aves de postura , com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações, indicado para aves em postura, com os seguintes níveis de garantia por kg: umidade (máx.) 13%, proteína bruta (min.) 30%, extrato etéreo (min.) 2%, matéria fibrosa (máx.) 13%, matéria mineral (máx.) 41%, Calcio (máx.) 10-14,5%, Fosforo (min.) 0,9%. Enriquecida com aminoácidos, vitaminas e minerais. Data de fabricação 15 dias máximo da entrega. Reserva de Cota: ME /EPPs, conforme a LC nº 123/06, em 25% da quantidade total.	265557	entrega única
14	Concentrado suplementar para suínos Pré-Inicial , com a composição básica de milho integral moído, farelo de soja, leite em pó, soro de leite em pó, derivados lácteos, lactose, promotores de crescimento, aminoácidos, acidificantes, minerais, vitaminas e aditivos com inclusão de 30% a 40% na fabricação de rações com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rótulo: Cálcio 2,5% (máximo), Extrato Etéreo 2,0% (mínimo), Fósforo 1,4% (mínimo), Material Fibrosa 3,0 % (máximo), Material Mineral 13,0 % (máximo), Proteína Bruta 20,0 %, (mínimo), Umidade 13,0%(máximo), Acido Pantotênico 80mg(mínimo), Antioxidante 500 mg(mínimo), Colina 2,5 g (mínimo) , Cobre 500 mg (mínimo), Ferro 500 mg (mínimo), Iodo 4,00 mg (mínimo), Lisina 15 mg (mínimo), Manganês 150 mg (mínimo), Metionina 6 g (mínimo), Potássio 3,0 g (mínimo), Selênio 1,5 mg (mínimo), Sódio 15 g (máximo). Enriquecido de Vitamina A 30.000 UI (mínimo), Vitamina B12 120 mcg(mínimo), Vitamina D3 10.000 UI (mínimo), Vitamina E 300,0 mg (mínimo), Vitamina K3 20,0 mg (mínimo), Enxofre 1,5 g (mínimo), Niacina	327818	entrega única

2. QUANTO AO MELHOR

	150,0 mg (mínimo) e promotores de crescimento e eficiência alimentar. Data de fabricação (máxima) 15 dias da entrega.		
15	Suplemento mineral e vitamínico para suínos (núcleo), com indicação para inclusão de 3 a 4% na ração de suínos na fase de crescimento e engorda, com níveis de garantia de umidade 13% (máx.), proteína bruta 0-15%, extrato etéreo 0-2% (mín.), matéria fibrosa 6% (máx.), matéria mineral 95% (máx.), cálcio 25% (máx.), fósforo 4% (mín.). Enriquecido de aminoácidos, vitaminas e minerais correspondente para essa fase no teor de inclusão do núcleo. Data de fabricação máxima 15 dias da entrega.	233945	entrega única
16	Suplemento Vitamínico Mineral (núcleo) para vacas em lactação, com indicação de inclusão de 3% no balanceamento de rações com as especificações por kg: vitamina A 20.000 UI (mín.), vitamina E 500,0 UI (mín.), Cálcio 200 – 260 g, Fósforo 60,0 g (mín.), Enxofre 18,0 g (mín.), Magnésio 18,0 g (mín.).	328032	entrega única
17	Suplemento mineral proteico para bovinos, pronto para uso com indicação para novilhas. Composto de ortofosfato bicálcico desfluorizado, cloreto de sódio, ureia, farelos proteínicos e energéticos. Níveis de garantia por Kg do produto: Cálcio 80 g (máx.), Fósforo 20g (mín.), Enxofre 8,0g (mín.), sódio 105,0g (máx.), Cobalto 28,00 mg (mín.), NNP equiv. em proteína 37 % (máx.), Proteína bruta 40% (mín.), Solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (mínimo) 95%. Data da fabricação 30 dias (máximo) da entrega.	373065	entrega única
18	Suplemento mineral vitamínico para bovinos leiteiros pronto uso com composição mínima por kg: Cálcio 180,0g (máx.), Fósforo 80,0g (mín.), Enxofre 12,0g (mín.) Magnésio 5,0g (mín.), Sódio 126,0g (máx.), Cobalto 70,0g (mín.). Data de fabricação máxima 30 dias da entrega.	472414	entrega única
19	Suplemento mineral completo de macro e microelementos minerais e vitaminas para ovinos, tendo como fonte de fósforo o fosfato bicálcico com as seguintes especificações por kg do produto, expressas no rótulo: vitamina A 50.000,00 UI (mín.), vitamina E 320,00mg (mín.), cálcio 130,00g (máx.), fósforo 60,0g (mín.), potássio 20,0g (mín.), enxofre 12,00g (mín.), cobalto 30,0mg (mín.), cobre 400,00mg (máx.), selênio 15,00mg (mín.), zinco 1.500 mg (mín.); solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2%(mín.) 95% data de fabricação 15 dias (máx.) da entrega.	458118	entrega única
20	Suplemento vitamínico-mineral pronto para uso para equinos, formulado com fosfato bicálcico e elementos minerais de alta biodisponibilidade, especialmente formulado para atender as necessidades minerais dos equinos em todas as fases da criação, com as seguintes especificações por quilograma do produto, expressas no rotulo: cálcio: 190,0 g (máx.), fósforo: 90,0 g (mín.), magnésio:16 g (mín.), enxofre: 10 g (mín.), sódio: 83,0 g (mín.), flúor (máx.): 900,00 mg, solubilidade do fósforo em ácido cítrico a 2% (min.): 95%, vitamina A (UI): 110.000 (mín.), vitamina D (UI): 30.000 (mín.), vitamina E (UI): 500 (mín.). Data de fabricação, 15 dias (Máximo) da entrega	420915	entrega única
21	sal moído fino iodado, sem impurezas, indicado para alimentação animal e ou humana.	291893	entrega única

22	Fosfato bicálcio , com no mínimo 18 % de Fósforo e 27 % de Cálcio. Acondicionado em saco plástico impermeável. Com indicação para uso em rações para animais .	297314	entrega única
23	Calcário calcífico, com 32 a 38 % de Ca, e com no máximo 3% de Mg, indicado na composição de rações para animais.	233061	entrega única
24	Açúcar cristal, em saco de rafia.	603269	entrega única
25	Óleo de soja degomado ou refinado, indicado para alimentação animal.	416665	entrega única
26	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, dupla face (preta e branca), com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m, lona para cobertura de silagem	455972	entrega única
27	Lona plástica de polietileno de baixa densidade, cor preta, multiuso, com espessura mínima de 150 micras, rolos de 100x8 m.	274018	entrega única
28	Cortunix cortunix japônica (codorna japonesa), idade entre 28 e 35 dias, fêmeas indicadas para postura.	453004	entrega única
29	Pintos de 1 dia, produção de carne, raças tipo colonial (semi-caipira), imunizados contra Marek.	456578	parcelado em 02 entregas de 300 cab
30	Pintos de 1 dia, produção de carne, imunizados contra Marek.	253834	parcelado em 02 entregas de 300 cab
31	Pintainhas de 1 dia, indicado para postura intensiva, semipesada, ovos marrons, imunizados	451523	entrega única
32	Embalagem plástica transparente para ovos de codorna , 30 ovos.	447119	entrega única
33	Embalagem tipo bandeja de papelão ou polpa moldada com medidas aproximadas de 30x30cm sem tampa, capacidade 30 ovos de galinha.	234350	entrega única
34	Endectocida para inclusão em rações de animais, pó com no mínimo 0,6% de ivermectina.	407514	entrega única

APROVEITAMENTO DO MERCADO E AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE

Devido ao funcionamento do mercado, o bem a ser adquirido, a decisão da Administração em parcelar (ou não) o objeto está em consonância com as práticas deste setor econômico e busca o melhor aproveitamento do objeto.

3. QUANTO À VIABILIDADE TÉCNICO OPERACIONAL DO PARCELAMENTO

Haverá parcelamento da solução e, portanto, licitação por item, neste processo de compras, pois trata-se de objeto divisível e é tecnicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos; não havendo perda de economia de escala; com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

4. QUANTO À VIABILIDADE ECONÔMICA DO PARCELAMENTO OU PERDA DA ECONOMIA DE ESCALA

Haverá parcelamento da solução e, portanto, licitação por item, neste processo de compras, pois trata-se de objeto divisível e é economicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos; não havendo perda de economia de escala; com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

5. DECISÃO QUANTO AO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

5.1 "Os itens previstos para contratação possuem diversos fornecedores no mercado. O valor total de cada item é significativo, o que torna menos relevante os custos logísticos (frete) e administrativos para o fornecimento. O agrupamento poderia restringir a competitividade da licitação já que alguns fornecedores poderiam ficar impedidos de participar caso tivessem interesse apenas em parte dos itens do grupo. A adjudicação "item a item" não trará prejuízo para o conjunto, visto que os itens não são interdependentes. Visto que a regra geral é a disputa "item a item" e não são percebidos impedimentos técnicos, perda de economia de escala, nem prejuízo para o conjunto, mostra-se acertado o parcelamento em itens."

5.1.1. Visto que foi decidido pela ADJUDICAÇÃO ITEM A ITEM, seguem as cautelas adotadas:

- a) Foram tomadas cautelas para que a seleção de fornecedor de forma parcelada (item a item) não traga prejuízo ao atendimento da necessidade institucional (por exemplo, aumentando o risco de serem recebidos apenas parte dos itens e desabastecimento dos demais)? SIM.
- b) Foi considerado se a adjudicação item a item não prejudicará a economicidade da contratação por prejudicar seriamente a economia de escala? SIM.
- c) Foram tomadas cautelas para que a adjudicação item a item não resulte em prejuízo à padronização dos materiais ou serviços quando esta for importante para o atendimento da necessidade institucional? SIM.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. CONTRATAÇÕES ANTERIORES CONSIDERADAS

1.1 Pregão 12/2023 processo N° 23393.001024/2023-18

Pregão 09/2024 processo N° 23393.001325/2024-14

Pregão 06/2025 processo N° 23393.000049/2025-58

2. CONTRATAÇÕES VIGENTES QUE PODEM INTERFERIR NO PLANEJAMENTO

2.1

não se aplica

3. CONTRATAÇÕES FUTURAS QUE PODEM SER AFETADAS

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1.1 VINCULAÇÃO DA DESPESA COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

A aquisição e despesas estão vinculadas ao plano de contratação anual.

1.2. A necessidade de contratação está vinculada ao(s) seguinte(s) objetivo(s) e indicador(es) previsto(s) no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFNMG, versão 2024/2028:

OBJETIVO	INDICADOR ASSOCIADO AO OBJETIVO
2 - Alavancar a Iniciação Científica, a Pesquisa Aplicada, o Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Produção Bibliográfica.	2.1 - Porcentagem de estudantes da instituição envolvidos(as) em Projetos de Pesquisa

1.3. A despesa está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10727655000110-0-000006/2026

II) Data de publicação no PNCP: 26/11/2025

III) Id do item no PCA: 123

IV) Classe/Grupo: 8710

V) Identificador da Futura Contratação: 158378-4/2026

2. COMPATIBILIDADE COM O PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

Não há objetivos, metas, princípios nem diretrizes no Plano Diretor de Logística Sustentável do IFNMG que possam ser observados nesta contratação. Não foram encontradas práticas de sustentabilidade para alimentação animal.

12. Benefícios a serem alcançados com a cont

1. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS ESPERADOS (RESULTADOS PRETENDIDOS)

1.1 Os materiais elencado neste processo de compras são necessários para ofertar a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. Além de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Com isso consolidaremos como centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

2. INDICADORES PARA O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

2.1 Para avaliação do nível de qualidade na execução contratual, os resultados serão medidos com base nos seguintes indicadores, que servirão de base para redimensionamento do valor devido ao fornecedor caso não produza os resultados acordados ou não atinja a qualidade exigida:

2.1.1 Atraso no fornecimento do equipamento

2.1.2 Ineficiência do fornecimento

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS ESPERADOS (RESULTADOS PRETENDIDOS)

1.1 A aquisição dos alimentos para animais possibilitará a manutenção das criações animais com índices produtivos e reprodutivos dentro de intervalos ideais. Atender a demanda das aulas práticas e desenvolvimentos de projetos de pesquisa e extensão.

14. Providências a serem Adotadas

1. Providências a serem Adotadas

O Campus Januária possui todos os atributos para receber os materiais solicitados. Todos os profissionais já estão capacitados para atuar na contratação e fiscalização dos produtos elencados neste processo de compras.

1.2 ADEQUAÇÕES NO AMBIENTE DA INSTITUIÇÃO

1.2.1. Não são necessárias adequações no ambiente do órgão contratante para que o contrato surta os efeitos esperados.

2. QUANTO À CAPACITAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS

Não se aplica.

15. Possíveis Impactos Ambientais

1.1. Não haverá impacto ambiental relevante em decorrência da contratação pretendida tendo em vista que os possíveis impactos ambientais estão relacionados à criação dos animais e não com a aquisição dos alimentos em si.

2. LOGÍSTICA REVERSA (IN 58/2022, art. 9º, inciso XII)

não se aplica.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição dos alimentos para uso animal é viável, visto que a não aquisição dos insumos resultaria na necessidade de remoção imediata dos animais do campus. A permanência dos animais no Campi para suprir as demandas pedagógicas, é decisão didático pedagógico. O DPAEP necessita da aquisição dos alimentos para assegurar a sanidade e o bem estar dos animais alojados no Campus Januária

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JONAS TORRES LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 16:38:03.